*Artigo

O enterro precoce do CNJ

Há pouco mais de três anos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para instaurar processos administrativos e investigar juízes é concorrente à das corregedorias dos tribunais. Trocando em miúdos, o CNJ manteve o poder de passar a magistratura a limpo, quando necessário, sem ficar refém dos tribunais que tem de fiscalizar. Trata-se de algo que, sempre bom frisar, é uma de suas mais importantes atribuições.

Na ocasião, a então corregedora nacional de Justiça bradava que, caso a decisão do Supremo fosse diferente, o CNJ se transformaria em um "leão sem dentes". Ao menos a figura de um leão, mesmo sem mostrar os dentes, é capaz de inspirar respeito. Já o que se pretende fazer com o Conselho, hoje, é algo sem precedentes. Estão em pleno curso, sem velas ou coroas de flores, os preparativos para o cortejo fúnebre do CNJ.

Não é a primeira vez – e custo a crer que seja a última – que o Conselho está sob ataque. Em seus breves 10 anos de vida, o CNJ já enfrentou toda espécie de resistência. Antes mesmo de sua instalação, em 2005, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) questionou no STF a existência do Conselho. Em abril daquele ano, a Corte Suprema decidiu que a criação do CNJ foi legítima e que é constitucional seu papel de órgão administrativo máximo do Poder Judiciário brasileiro.

Anos depois, a mesma a AMB tentou cassar a competência investigativa do CNJ. Em vão, mais uma vez, graças ao bom senso e à independência do Supremo Tribunal Federal. Poderíamos imaginar, então, que as ameaças ao bom trabalho do Conselho terminariam por ali. Ledo engano.

Se for aprovada como está a proposta da nova Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman), o CNJ se transformará em uma repartição burocrática de pouca utilidade para o País. A pretexto de zelar pela autonomia administrativa dos tribunais – que, como bem mostra a história nacional, poucas vezes serviu ao bom funcionamento da Justiça – a proposta acaba com o Conselho Nacional de Justiça.

O que as entidades da magistratura não conseguiram fazer pela via judicial, porque não tiveram suas ações acolhidas pelo STF, está sendo feito, agora, por meio de portarias editadas pelo presidente do Conselho, e chegará ao ápice com a aprovação na nova Loman. E o ápice é o fim do CNJ, pois a ideia de fundo das ações é suprimir da sociedade a possibilidade de controlar a atuação da magistratura e cobrar dela a necessária prestação de contas acerca do trabalho desenvolvido.

Muitos podem dizer que essa seria uma leitura exagerada do texto da nova Loman e das ações da Presidência do CNJ. Então, vamos ao projeto. Em seu artigo 92, inciso IV, o texto fixa como prerrogativa de juízes e desembargadores "não ser interrogado em processo disciplinar ou criminal, a não ser por magistrado de instância igual ou superior, ainda que integrante ou designado pelo Conselho Nacional de Justiça". Ora, seis dos 15 membros do CNJ não são magistrados. Outros são juízes de primeira instância. Quem tomaria depoimento, por exemplo, de um desembargador investigado por corrupção? Um colega seu. Se isso não é um privilégio indevido, será difícil nomear o que seja.

Há mais. A proposta impede o CNJ de "criar novas atribuições por meio de atos internos do Plenário ou de quaisquer de seus órgãos fracionários". Na prática, por exemplo, o Conselho não poderá mais tomar a iniciativa de propor ações como as semanas de conciliação ou os mutirões carcerários. Metas de julgamento, então, nem pensar, já que o artigo 273, § 5º, do projeto, é bem claro ao afirmar que "as metas e demais determinações aos tribunais" só poderão ser estabelecidas "após a oitiva dos seus respectivos presidentes". O § 2º, do mesmo artigo, de outro lado, impede claramente o CNJ de expedir "normas abstratas", conceito no qual se insere, por exemplo, a resolução sobre nepotismo, festejada pela sociedade brasileira em outubro de 2005, quando foi editada.

Os pontos destacados são apenas amostras de uma proposta que parece feita sob medida para esvaziar o Conselho. Por se tratar de um anteprojeto em discussão, as medidas ainda não estão em vigor. Mas, enquanto não vigoram, o CNJ está sendo enquadrado por meio de portarias.

Sem qualquer discussão prévia com o Plenário, o presidente do órgão criou dois conselhos consultivos para assessorar sua gestão. Um é formado por presidentes de associações de classe da magistratura. Outro por integrantes do chamado "Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça", entidade de caráter privado, que não integra a estrutura judiciária brasileira.

Com justificativas bastante subjetivas, como "a necessidade de defesa das garantias e direitos dos magistrados" e a "necessidade de estabelecer rotina de atenção prévia no trato de assuntos de interesse direto da magistratura nacional", na prática, e com o devido respeito, o presidente trouxe para dentro de sua gestão o lobby direto dos juízes, que poderão fazer pressão para pautar e tirar de pauta os temas que lhes interessam.

E a história – novamente ela – está recheada de exemplos de que a pauta corporativa dos juízes nem sempre é a pauta da sociedade. Para que não haja dúvidas: as portarias permitem que os líderes de entidades de classes de juízes, portadores legítimos das bandeiras corporativistas de sua classe, ditem a pauta do órgão de controle dos juízes. Salta aos olhos a incoerência. E é sempre bom lembrar: O CNJ é do Brasil, não dos seus juízes.

A sua principal missão é trabalhar pelo aperfeiçoamento da prestação da justiça, para que o Judiciário se torne transparente e que suas decisões sejam tomadas em tempo hábil. O papel vem sendo cumprido com excelência, na medida do possível, pelas composições dos últimos dez anos. Mas todo o trabalho está prestes a ser jogado fora.

Repito: estão em pleno curso os preparativos do cortejo fúnebre do CNJ. A bem da verdade, o cortejo já saiu. Cabe a nós, inspirados pela Páscoa que acabamos de celebrar, agir acreditando no milagre da ressurreição para impedir o enterro deste importante órgão da República.

Gisela Gondin Ramos, conselheira do Conselho Nacional de Justiça indicada pela OAB

Diário da Serra®
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reski
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br

REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br

DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarim Neto
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37

PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.125/0001-07

GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247 W
CNPJ 01.828.544/0001-09

CONTATO
da@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Estradeiro Aprosoja

Cinco núcleos de produtores da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja) estão realizado desde o mês passado seus Estradeiros Municipais e nesta sexta-feira, 10, o percurso será realizado em Tangará da Serra, com destino a Nova Marilândia. O objetivo é verificar de perto a realidade da região no que diz respeito a estradas e condições de infraestrutura. "O nosso objetivo é avaliarmos in loco a situação das rodovias de nossa região e posteriormente encaminharmos as demandas para o governo do Estado", disse o vice-presidente oeste da Aprosoja e presidente do Sindicato Rural de Tangará da Serra, Vanderley Reck Junior.

O início está previsto para as 5h30 com saída do Sindicato Rural de Tangará da Serra, seguindo para Nova Olímpia às 7h. De lá a comitiva passa por Assari, Denise, Arenápolis, Nortelândia e Nova Marilândia ao meio dia. Às 13h30 o percurso de retorno é retomado com saída para Santo Afonso, chegando à Fazenda Cachoeira da Serra, saída para Tangará via Joaquim do Boche e chegada ao Município prevista para às 17h.

Mais

No sábado, 11, o percurso matutino é pela Reserva do Cabaçal. A saída será novamente às 5h30 do Sindicato Rural de Tangará da Serra passando por Itanorte, Chapadão do Rio Verde, Reserva do Cabaçal onde acontecerá uma reunião com o Deputado Federal Ezequiel Fonseca. O encerramento está previsto para às 19h no Sindicato Rural.

Encontros regionais

A Secretaria de Estado de Cultura começa na próxima semana a ouvir a sociedade sobre a proposta de revisão da legislação do chamado "CPF da Cultura", sigla que abrange o Conselho de Cultura, o Plano Estadual de Cultura e o Fundo de Fomento à Cultura. O primeiro encontro será na região do Araguaia, dia 13 de abril.

CPF da Cultura

Pelo novo texto, a proposta é estabelecer uma lei própria para o Conselho Estadual de Cultura, desvinculando-o da legislação do Fundo de Fomento. Além disso, o órgão passa a ter representantes de oito segmentos culturais e de diferentes instituições, com autonomia para pensar e propor as políticas públicas do Estado.

Cronograma

A programação das consultas públicas abrange diferentes regiões mato-grossenses, começando na próxima semana e finalizando no final do mês de maio. No período, gestores e técnicos da Secel irão promover encontros em Nova Xavantina (13.04), Sorriso (23.04), Cuiabá (06.05), Cáceres (19.05), Campo Novo do Parecis (20.05) e Rondonópolis (26.05).

*Bastidores da Política

Cartilha Fethab

A Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM) lançou cartilha para esclarecer aos municípios sobre a correta aplicação de recursos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (Fethab), que serão creditados nas contas das prefeituras nesta sexta-feira, 10. O conteúdo está disponibilizado no site da AMM.

Utilização do recurso

O presidente Neurilan Fraga disse que o objetivo é evitar que os municípios tenham problemas na prestação de contas devido à falta de informação. "Estamos orientando para que haja transparência na aplicação do dinheiro e para que os gestores não sejam responsabilizados por eventual má aplicação do recurso público".

Nas estradas

Os recursos devem ser utilizados exclusivamente na recuperação de rodovias e estradas não pavimentadas. É permitido ainda utilizar para aquisição de combustível, madeira e manilha para pontes, caminhão-pipa, peças e pneus, desde que sejam utilizados em veículos para recuperação das estradas, além da compra e aluguel de maquinários.

Balanço Geral

Para efeitos de publicidade e transparência, o Governo do Estado, por determinação do governador Pedro Taques, apresentou nesta quinta-feira os números referentes ao Balanço Geral do Estado de 2014. A medida foi tomada para comprovar a existência de uma dívida de R$ 912 milhões em restos a pagar deixada pela gestão anterior.

Esclarecimentos

O secretário de Planejamento, Marco Marrafon, e o secretário-adjunto do Tesouro Estadual, Carlos Rocha, concederam uma entrevista coletiva a imprensa da capital para esclarecer os números das contas públicas e desmentir informações sobre o suposto superávit nas contas públicas do governo na mudança de gestão.

Suposto superávit

"(...) Esse superávit orçamentário reflete que o governo fez previsão de gastar mais e não conseguiu gastar devido à incapacidade financeira do Estado", disse Marrafon. "É como se um pai dissesse que o filho tem autorização para gastar R$ 15, mas entregasse a ele apenas uma nota de R$ 10", exemplificou o secretário.

Mais

Ao assumir o governo, a atual gestão encontrou R$ 84 mil na Conta Única, valor muito diferente do R$ 1,4 bilhão que a gestão passada alega ter deixado. Esse total de R$ 1,4 bilhão, segundo Carlos Rocha, é referente a convênios com a União, parte deles bloqueados, contas especiais, taxas processuais do Poder Judiciário e repasses para municípios.

Restos a pagar

Além dos R$ 912 milhões de restos a pagar, o governador Pedro Taques teve que fazer repasses, com recursos do exercício de 2015, para pagar dívidas em atraso com áreas essenciais e que poderiam comprometer a administração. O Balanço Geral do Estado será apresentado em audiência pública no dia 23.

Secretário diz que Silval tentou dar "cheque sem fundo"

Ilustração: Reinaldo Netto

O decreto 2667/14, assinado pelo ex-governador Silval Barbosa (PMDB), cancelando R$ 570 milhões empenhados de serviços não realizados foi uma tentativa de se dar um calote em parte dos empresários, que prestaram serviço para o Estado. A revelação foi feita pelo secretário estadual de Planejamento Marco Marrafon nesta quinta, acerca da polêmica em torno da publicação do balanço geral das contas do Estado, publicadas no Diário Oficial. "Nós não vamos aceitar que haja manipulação de informações para dar a impressão de que a gente estaria dando o calote, quando na verdade o decreto 2667 mostra o cheque sem fundo que foi dado para os empreendedores".

Visivelmente irritado com a divulgação de nota de Silval em que afirma ter deixado um superávit orçamentário de R$ 181,8 milhões e R$ 1,4 bilhão em caixa, Marrafon garante que o peemedebista se apropriou de dados globais para dizer meias verdades. "Viemos esclarecer os números verdadeiros, sem subterfúgios, sem nenhuma armadilha para deixar muito claro como, aquelas previsões, que haviam sido feitas no período de transição, não apenas se confirmaram, como se mostraram muito piores do que a gente imaginava"a.